Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026 7

DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

Comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 19

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 43

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 44

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 45

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	735.074
Preferenciais	0
Total	735.074
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	1.468.463	1.341.255
1.01	Ativo Circulante	190.090	393.132
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	133.382	283.808
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	50.166
1.01.03	Contas a Receber	45.908	43.473
1.01.03.01	Clientes	45.556	41.573
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	352	1.900
1.01.03.02.01	Outras Contas a Receber	352	1.900
1.01.04	Estoques	6.956	8.064
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.425	4.790
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.203	2.651
1.01.07.01	Despesas Antecipadas	1.598	2.535
1.01.07.02	Adiantamentos a Fornecedor	605	116
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	216	180
1.02	Ativo Não Circulante	1.278.373	948.123
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	228.660	193.676
1.02.01.07	Tributos Diferidos	149.245	126.284
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	149.245	126.284
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.329	410
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	78.086	66.982
1.02.01.10.03	Depósito Judicial	109	36
1.02.01.10.04	Conta da Concessão Restrita	77.977	66.946
1.02.03	Imobilizado	44.430	47.786
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	37.994	39.066
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	6.436	8.720
1.02.04	Intangível	1.005.283	706.661
1.02.04.01	Intangíveis	1.005.283	706.661
1.02.04.01.02	Intangível em Operação	471.611	461.654
1.02.04.01.03	Infraestrutura em Construção	533.672	245.007

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	1.468.463	1.341.255
2.01	Passivo Circulante	431.740	291.760
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	11.702	14.360
2.01.01.01	Obrigações Sociais	11.702	14.360
2.01.02	Fornecedores	65.413	38.036
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.158	23.983
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.003	16.958
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.003	16.958
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.155	7.025
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	4.034	3.789
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	4.034	3.789
2.01.04.03.01	Passivo de Arrendamento	4.034	3.789
2.01.05	Outras Obrigações	82.551	72.339
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	364	995
2.01.05.02	Outros	82.187	71.344
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	814	814
2.01.05.02.04	Taxa de Fiscalização	1.193	1.193
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	560	700
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	79.620	68.637
2.01.06	Provisões	255.882	139.253
2.01.06.02	Outras Provisões	255.882	139.253
2.01.06.02.04	Provisão de Manutenção	255.882	139.253
2.02	Passivo Não Circulante	181.816	229.466
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.481	5.879
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	3.481	5.879
2.02.01.03.01	Passivo de Arrendamento	3.481	5.879
2.02.04	Provisões	178.335	223.587
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.360	288
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.046	58
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	314	230
2.02.04.02	Outras Provisões	176.975	223.299
2.02.04.02.04	Provisão de Manutenção	176.975	223.299
2.03	Patrimônio Líquido	854.907	820.029
2.03.01	Capital Social Realizado	735.074	735.074
2.03.04	Reservas de Lucros	119.833	84.955

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	304.250	547.747	199.507	427.437
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-255.739	-455.328	-180.163	-404.318
3.03	Resultado Bruto	48.511	92.419	19.344	23.119
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-16.186	-31.835	-14.658	-38.356
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-16.121	-31.961	-14.687	-38.592
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-65	126	29	236
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.325	60.584	4.686	-15.237
3.06	Resultado Financeiro	-4.673	-8.809	11.506	21.469
3.06.01	Receitas Financeiras	7.136	17.524	13.869	27.764
3.06.02	Despesas Financeiras	-11.809	-26.333	-2.363	-6.295
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	27.652	51.775	16.192	6.232
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-8.880	-16.897	-5.460	-2.177
3.08.01	Corrente	-17.435	-39.858	-9.181	-32.765
3.08.02	Diferido	8.555	22.961	3.721	30.588
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	18.772	34.878	10.732	4.055
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	18.772	34.878	10.732	4.055
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,0255	0,0474	0,0146	0,0055

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	18.772	34.878	10.732	4.055
4.03	Resultado Abrangente do Período	18.772	34.878	10.732	4.055

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	130.353	101.471
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	214.757	187.980
6.01.01.01	Resultado do período	34.878	4.055
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	49.781	52.498
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-22.961	-30.588
6.01.01.04	Despesa (receita) financeira dos ajustes a valor presente s/provisão de manutenção	24.429	3.873
6.01.01.05	Despesa financeira - juros arrendamento mercantil	504	483
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	1.446	139
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	86.062	124.686
6.01.01.08	Atualização monetária de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	249	11
6.01.01.09	Baixa de ativos permanentes	511	58
6.01.01.10	Imposto de renda e contribuição social correntes	39.858	32.765
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-84.404	-86.509
6.01.02.01	Contas a receber	-3.983	-8.508
6.01.02.02	Outras contas a receber	1.548	-1.552
6.01.02.03	Estoques	1.108	-1.228
6.01.02.04	Despesas antecipadas	18	-1.094
6.01.02.05	Impostos a recuperar	3.365	-1.461
6.01.02.06	Outros créditos	-36	-243
6.01.02.07	Adiantamentos a fornecedores	-489	298
6.01.02.08	Depósitos judiciais	-73	-10
6.01.02.09	Fornecedores	-38.720	-36.102
6.01.02.10	Outras contas a pagar - partes relacionadas	-631	-324
6.01.02.11	Obrigações sociais	-2.658	1.207
6.01.02.12	Obrigações fiscais	-8.473	-6.555
6.01.02.13	Credores pela concessão	10.983	13.209
6.01.02.14	Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	-623	-95
6.01.02.16	Outras contas a pagar	-140	450
6.01.02.17	Pagamento de juros sobre arrendamentos	-349	-393
6.01.02.18	Imposto de renda e contribuição social pagos	-45.251	-44.108
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-279.757	-47.575
6.02.01	Conta da Concessão restrita	-11.031	-12.967
6.02.02	Aplicação financeira	50.166	155.998
6.02.03	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-2.788	-7.330
6.02.04	Aquisições de itens do intangível e infraestrutura em construção	-316.104	-183.276
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.022	-2.691
6.03.01	Pagamento arrendamento mercantil	-1.022	-2.691
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-150.426	51.205
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	283.808	198.277
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	133.382	249.482

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	735.074	4.288	80.667	0	0	820.029
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	735.074	4.288	80.667	0	0	820.029
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	34.878	0	34.878
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.878	0	34.878
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	735.074	4.288	80.667	34.878	0	854.907

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	735.074	1.700	31.983	0	0	768.757
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	735.074	1.700	31.983	0	0	768.757
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.055	0	4.055
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.055	0	4.055
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	735.074	1.700	31.983	4.055	0	772.812

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	575.800	453.605
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	322.588	298.872
7.01.02	Outras Receitas	253.212	154.733
7.01.02.01	Receitas Acessórias	280	152
7.01.02.02	Receita dos Serviços de Construção	252.807	154.286
7.01.02.03	Outras Receitas	125	295
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-397.425	-350.382
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-11.095	-17.077
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-21.565	-27.679
7.02.04	Outros	-364.765	-305.626
7.02.04.01	Custo de Construção	-252.807	-154.286
7.02.04.02	Custos de Provisão de Manutenção em Rodovias	-86.062	-124.686
7.02.04.03	Outros	-5.292	-4.981
7.02.04.04	Custos da Concessão	-20.604	-21.673
7.03	Valor Adicionado Bruto	178.375	103.223
7.04	Retenções	-49.781	-52.498
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-49.781	-52.498
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	128.594	50.725
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	17.524	27.764
7.06.02	Receitas Financeiras	17.524	27.764
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	146.118	78.489
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	146.118	78.489
7.08.01	Pessoal	39.787	39.911
7.08.01.01	Remuneração Direta	32.571	32.677
7.08.01.02	Benefícios	5.554	5.631
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.662	1.603
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	45.805	29.506
7.08.02.01	Federais	29.631	14.527
7.08.02.02	Estaduais	0	14
7.08.02.03	Municipais	16.174	14.965
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.648	5.017
7.08.03.02	Aluguéis	261	145
7.08.03.03	Outras	25.387	4.872
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	34.878	4.055
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	34.878	4.055

Docusign Envelope ID: B97132CA-835E-8008-817E-08D0C282A00E

Comentário do Desempenho



Docusign Envelope ID: B97132CA-835E-8008-817E-08D0C282A00E

Comentário do Desempenho

Curitiba, 14 de agosto de 2026 – A Administração da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia" ou "Via Araucária") submete à sua apreciação o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no período encerrado em 30 de junho de 2026.

As informações contábeis aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

A Companhia

A Via Araucária é a concessionária responsável pela gestão da infraestrutura e pela prestação dos serviços de operação, manutenção, conservação, monitoramento, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e garantia dos níveis de serviço do Sistema Rodoviário do Lote 01, conforme o Edital nº 01/2023, sob concessão do Governo do Estado do Paraná, por meio da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

O contrato de concessão possui prazo de 30 anos, com término previsto para 2054, abrangendo a administração de 473 quilômetros de rodovias federais e estaduais, incluindo as BRs 277, 373, 376 e 476 e as PRs 418, 423 e 427. O trecho concedido compreende segmentos estratégicos da malha rodoviária, como os Contornos Norte e Sul de Curitiba, conexões da Região Metropolitana de Curitiba e a ligação entre a capital e o município de Guarapuava, no Centro-Sul do Estado.

As rodovias sob concessão atravessam 18 municípios das regiões Metropolitana de Curitiba, Campos Gerais e Centro-Sul, integrando um importante corredor logístico que conecta o Porto de Paranaguá à Região Metropolitana de Curitiba e à fronteira com o Paraguai, por meio da Ponte da Amizade. O sistema conta com praças de pedágio localizadas nos municípios de São Luiz do Purunã (BR-277), Lapa (BR-476), Porto Amazonas (BR-277), Imbituva (BR-373) e Irati (BR-277).

Destaques operacionais

A Companhia manteve, no 2º trimestre de 2026, sua trajetória de consolidação operacional, dando continuidade à execução dos compromissos assumidos. Durante o trimestre, a Concessionária avançou nas etapas de desenvolvimento, aprovação e preparação das obras previstas no Programa de Exploração da Rodovia (PER), com destaque para os projetos de duplicação, ampliação de capacidade e implantação de melhorias operacionais em trechos da BR-277, BR-376, PR-418 e PR-423. Os projetos seguem sob acompanhamento dos órgãos reguladores e ambientais competentes, respeitando o cronograma contratual da concessão.

A Companhia também deu continuidade às intervenções necessárias para adequação e ampliação da infraestrutura rodoviária, incluindo obras nas regiões dos contornos de Curitiba, que representam importantes investimentos voltados à melhoria da fluidez do tráfego e ao aumento da segurança para usuários e comunidades lindeiras. Mantendo foco na segurança viária, na prestação de serviços aos usuários e na eficiência da operação rodoviária. As equipes de atendimento permaneceram atuando 24 horas por dia, com suporte por meio de inspeção de tráfego, atendimento mecânico, socorro médico e monitoramento das condições de circulação ao longo de toda a malha concedida.

Adicionalmente, concluiu e entregou a nova Unidade Operacionais (UOP) da Polícia Rodoviária Federal (PRF) na Lapa km 191,00 da BR-476/PR, com área total de 389 m² e a nova Unidade Operacional do Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual do Estado do Paraná – BPRv em Campo Mourão km 27,20 da PR-423, em cumprimento às obrigações contratuais do Ano 02 de Concessão, as estruturas fortalecem a atuação da PRF, amplia o atendimento e contribui para uma rodovia mais segura e eficiente.

Docusign Envelope ID: B97132CA-835E-8008-817E-08D0C282A00E

Desempenho operacional e financeiro

Operacional

Tráfego pedagiado

O desempenho de tráfego é acompanhado por meio de veículos equivalentes (VE), que considera a equivalência entre veículos leves e pesados com base em seu impacto na infraestrutura viária e no fluxo operacional.

Desempenho	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Veículos equivalentes (mil)	**19.346**	**15.530**	**24,6%**	**35.968**	**32.094**	**12,1%**
Veículos leves	3.586	3.537	1,4%	7.829	7.705	1,6%
Veículos pesados	15.760	11.993	31,4%	28.139	24.389	15,4%

A Companhia registrou um tráfego de 19,3 milhões de veículos equivalentes no 2T26, que representa uma variação de 3,8 milhões de veículos equivalentes, em comparação com o mesmo período do ano anterior. O volume de veículos equivalentes registrado evidencia o comportamento do tráfego total, considerando a ponderação entre veículos leves e pesados, refletindo o tráfego ao longo do trecho concedido.

No 1S26 o tráfego registrado foi de 36 milhões de veículos equivalentes frente a 32,1 milhões no 1S25, representando uma variação de 3,9 milhões de veículos equivalentes.

Fluxo de veículos aplicado pelo fator de equivalência

Durante os períodos analisados, observa-se uma predominância do volume de veículos pesados quando comparado ao volume de veículos leves, o que caracteriza um perfil de tráfego mais voltado ao transporte de cargas e operações logísticas. Esse comportamento é consistente com a vocação econômica da região atendida pela Concessionária, que possui forte presença do setor agropecuário e industrial.

Leves				Pesados			
2T26	2T25	1S26	1S25	2T26	2T25	1S26	1S25
18,5%	22,8%	21,8%	24,0%	81,5%	77,2%	78,2%	76,0%

Financeiro

Receita

R$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Receitas de pedágio	157.026	144.729	8,5%	322.588	298.872	7,9%
Receitas acessórias	155	107	44,9%	280	152	84,2%
Receitas de construção	160.663	67.202	139,1%	252.807	154.286	63,9%
Receita bruta	**317.844**	**212.038**	**49,9%**	**575.675**	**453.310**	**27,0%**
(-) Receitas de construção	(160.663)	(67.202)	139,1%	(252.807)	(154.286)	63,9%
Receita bruta ajustada [1]	**157.181**	**144.836**	**8,5%**	**322.868**	**299.024**	**8,0%**
Deduções	**(13.594)**	(12.531)	**8,5%**	**(27.928)**	**(25.873)**	**7,9%**
Receita líquida ajustada[1]	**143.587**	**132.305**	**8,5%**	**294.940**	**273.151**	**8,0%**

[1] Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Docusign Envelope ID: B97132CA-835E-8008-817E-08D0C282A00E

Receitas de pedágio

A receita de pedágio é a principal fonte de geração de caixa da Companhia, refletindo o desempenho operacional dos trechos administrados, o fluxo de veículos e o reajuste tarifário.

No 2T26, a receita de pedágio apresentou uma variação positiva de R$12,3 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior. No acumulado do 1S26 comparado ao 1S25, a receita de pedágio apresentou uma variação positiva de R$23,7 milhões. O desempenho da receita reflete a estabilidade nas operações de arrecadação, a eficiência dos sistemas eletrônicos implantados e a adesão crescente aos meios automáticos de pagamento, que contribuem para maior fluidez no tráfego e redução de evasões.

Receitas acessórias

No 2T26, as receitas acessórias totalizaram R$155 mil, registrando crescimento de 44,9% em relação aos R$107 mil apurados no 2T25. No acumulado do semestre, as receitas acessórias atingiram R$280 mil no 1S26, ante R$152 mil no 1S25, representando uma expansão de 84,2% na comparação anual. A receita acessória gera valor adicional oriundo da exploração da faixa de domínio da concessionária.

Receitas de construção

As receitas de construção acompanham os investimentos realizados em serviços de restauração, instalação e recuperação da infraestrutura. É uma representação contábil, que a contrapartida está demonstrada na rubrica de custo dos serviços de construção, eliminando seu efeito no resultado.

Custos e despesas

R$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Com pessoal	(20.523)	(17.654)	16,3%	(39.787)	(39.911)	(0,3%)
Serviços de terceiros	(7.137)	(9.804)	(27,2%)	(14.573)	(25.667)	(43,2%)
Conservação e manutenção	(6.364)	(5.956)	6,9%	(12.178)	(14.757)	(17,5%)
Consumo	(1.421)	(941)	51,0%	(2.808)	(1.627)	72,6%
Transportes	(1.895)	(1.400)	35,4%	(3.618)	(2.960)	22,2%
Seguros / Garantias	(1.143)	(1.449)	(21,1%)	(2.286)	(2.208)	3,5%
Comunicação e *marketing*	(74)	(76)	(2,6%)	(238)	(116)	105,2%
Publicações legais	(6)	-	-	(6)	(3)	100,0%
Contingências	(624)	(99)	530,3%	(1.446)	(139)	940,3%
Outras despesas operacionais	(1.082)	(1.969)	(45,0%)	(2.360)	(3.495)	(32,5%)
Outras despesas diversas	(520)	(554)	(6,1%)	(964)	(1.091)	(11,6%)
Custos e despesas gerais e administrativas	**(40.789)**	**(39.902)**	**2,2%**	**(80.264)**	**(91.974)**	**(12,7%)**
Verba de fiscalização	(3.578)	(3.328)	7,5%	(7.156)	(6.656)	7,5%
Retenção contratual	(4.712)	(4.343)	8,5%	(9.676)	(12.810)	(24,5%)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(1.156)	-	-	(1.543)	-	-
Depreciação e amortização	(23.583)	(26.650)	(11,5%)	(49.781)	(52.498)	(5,2%)
Custos e despesas operacionais ajustados [1]	**(73.818)**	**(74.223)**	**(0,5%)**	**(148.420)**	**(163.938)**	**(9,5%)**
Custos de serviços da construção	(160.663)	(67.202)	139,1%	(252.807)	(154.286)	63,9%
Provisão de manutenção	(37.379)	(53.425)	(30,0%)	(86.062)	(124.686)	(31,0%)
Custos e despesas operacionais	**(271.860)**	**(194.850)**	**39,5%**	**(487.289)**	**(442.910)**	**10,0%**

[1] Desconsidera os impactos do ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contrato de Concessão

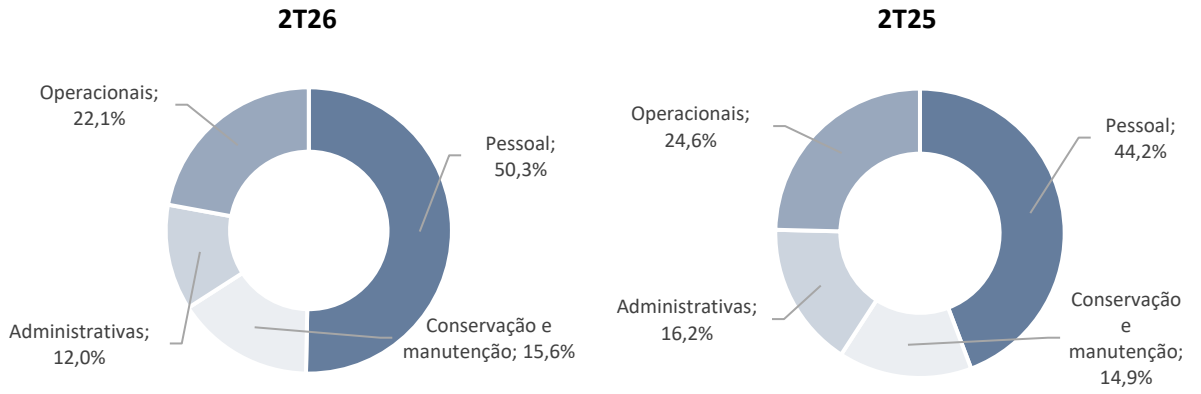
Os custos e despesas operacionais contemplam os gastos necessários para a operação, conservação, manutenção e administração da concessão, incluindo despesas com pessoal, serviços de terceiros, conservação da rodovia e demais custos relacionados à prestação dos serviços aos usuários.

Comentário do Desempenho

No 2T26, os custos e despesas operacionais administráveis totalizaram R$40,8 milhões, apresentando um aumento R$0,9 milhões em comparação aos R$39,9 milhões registrados no 2T25. No acumulado 1S26, somaram R$80,3 milhões, ante R$92 milhões no 1S25, uma redução de R$11,7 milhões na comparação anual. A variação reflete principalmente o nível de atividade operacional, acompanhando a maturação da concessão e as necessidades de manutenção e atendimento aos níveis de serviço exigidos pelo contrato.

Composição dos custos e despesas administráveis

O gráfico abaixo demonstra a representatividade dos custos e despesas administráveis por agrupamento.



EBITDA e Margem EBITDA

R$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Resultado líquido	18.772	10.732	74,9%	34.878	4.055	760,1%
(+) Depreciação e amortização	23.583	26.650	(11,5%)	49.781	52.498	(5,2%)
(+) Resultado financeiro	4.673	(11.506)	(140,6%)	8.809	(21.469)	(141,0%)
(+) IRPJ e CSLL	8.880	5.460	62,6%	16.897	2.177	676,2%
EBITDA[1]	**55.908**	**31.336**	**78,4%**	**110.365**	**37.261**	**196,2%**
Margem EBITDA[2]	*38,9%*	*23,7%*	*64,4%*	*37,4%*	*13,6%*	*174,3%*
(+) Provisão de manutenção em rodovias	37.379	53.425	(30,0%)	86.062	124.686	(31,0%)
EBITDA ajustado[3]	**93.287**	**84.761**	**10,1%**	**196.427**	**161.947**	**21,3%**
Margem EBITDA ajustada	*65,0%*	*64,1%*	*1,4%*	*66,6%*	*59,3%*	*12,3%*

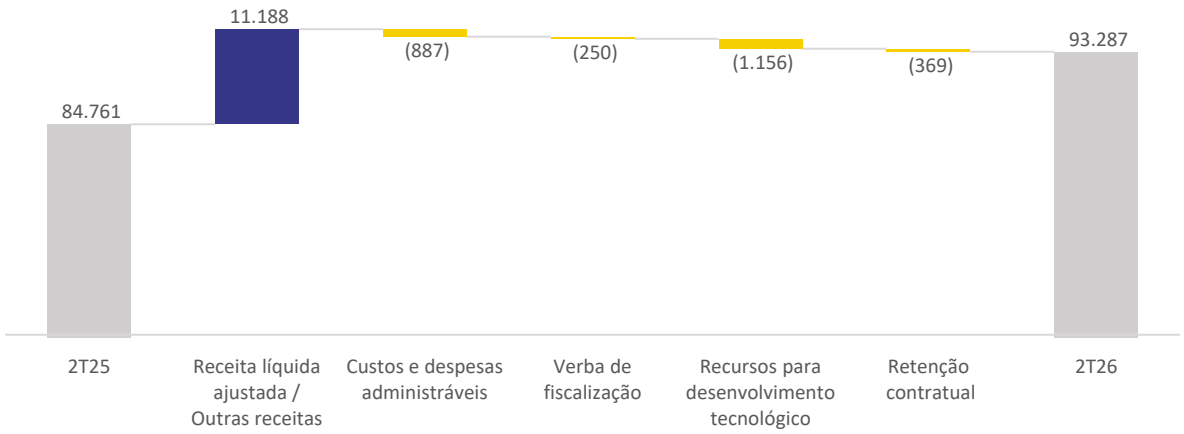
1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).
2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas e Custos de Construção.
3: Desconsidera os impactos relativos a provisão para manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01)

No 2T26, o EBITDA ajustado apresentou uma variação positiva de R$8,5 milhões em relação ao mesmo período do exercício anterior. A variação apresentada no acumulado do 1S26 frente ao 1S25 foi de R$34,5 milhões.

O EBITDA da Companhia reflete a evolução do resultado operacional, influenciado principalmente pelo desempenho da receita de pedágio, impulsionado principalmente pelo reajuste tarifário.

Comentário do Desempenho

Variação do EBITDA Ajustado (R$ Mil)



Resultado Financeiro

R$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Receitas financeiras	**7.136**	**13.869**	**(48,5%)**	**17.524**	**27.764**	**(36,9%)**
Aplicações financeiras	7.131	13.868	(48,6%)	17.363	27.761	(37,5%)
Outras receitas	5	1	400,0%	161	3	5266,7%
Despesas financeiras	**(11.809)**	**(2.363)**	**399,7%**	**(26.333)**	**(6.295)**	**318,3%**
Tributos s/receitas financeiras	(332)	(645)	(48,5%)	(815)	(1.291)	(36,9%)
Outras despesas	(248)	(261)	(5,0%)	(585)	(648)	(9,7%)
Encargos financeiros - ajuste a valor presente	(11.229)	(1.457)	670,7%	(24.933)	(4.356)	472,4%
Resultado financeiro	**(4.673)**	**11.506**	**(140,6%)**	**(8.809)**	**21.469**	**(141,0%)**

No 2T26, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de uma despesa de R$4,7 milhões, excluindo os efeitos dos encargos de ajuste a valor presente e atualização monetária da provisão de manutenção, o resultado financeiro foi de uma receita de R$6,6 milhões. Em relação ao 2T25, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de uma receita de R$11,6 milhões, excluindo os efeitos dos encargos de ajuste a valor presente e atualização monetária da provisão de manutenção, o resultado financeiro foi de uma receita de R$13 milhões.

No 2S26, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de uma despesa de R$8,8 milhões, excluindo os efeitos dos encargos de ajuste a valor presente e atualização monetária da provisão de manutenção, o resultado financeiro foi de uma receita de R$16,1 milhões. Em relação ao 2S25, o resultado financeiro líquido da Companhia foi de uma receita de R$21,5 milhões, excluindo os efeitos dos encargos de ajuste a valor presente e atualização monetária da provisão de manutenção, o resultado financeiro foi de uma receita de R$25,8 milhões.

O resultado financeiro compreende principalmente os rendimentos de aplicações financeiras realizada sobre os recursos disponíveis registrados, líquidos dos tributos incidentes e o ajuste a valor presente e atualização monetária da provisão de manutenção.

Imposto de renda e contribuição social

R$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Corrente	(17.435)	(9.181)	89,9%	(39.858)	(32.765)	21,6%
Diferido	8.555	3.721	129,9%	22.961	30.588	(24,9%)
IR e CS	**(8.880)**	**(5.460)**	**62,6%**	**(16.897)**	**(2.177)**	**676,2%**

Docusign Envelope ID: B97132CA-835E-8008-817E-08D0C282A00E

Os valores de imposto de renda e contribuição social correntes apurados nos períodos refletem o resultado contábil apurado, considerado o regime de lucro real anual no 2T26 e lucro real trimestral no 2T25, conforme a legislação vigente aplicável.

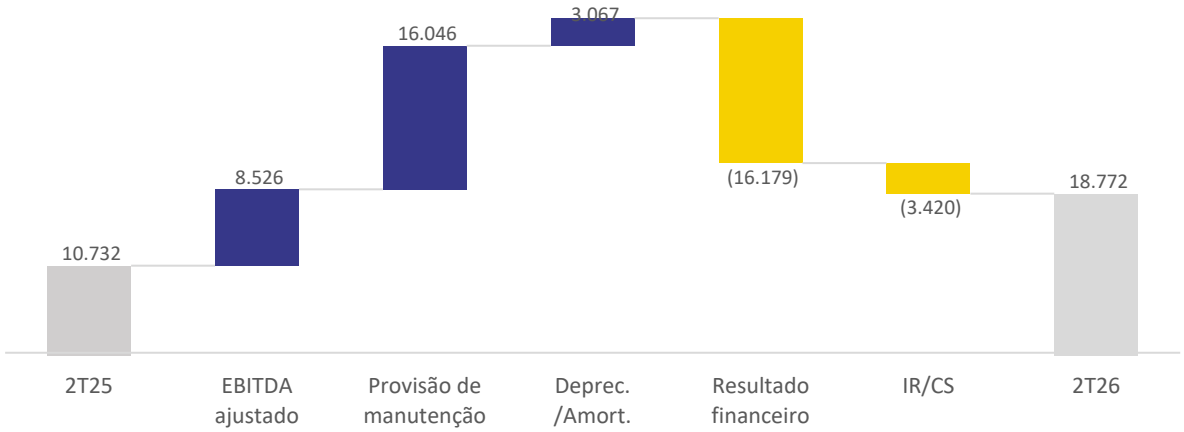
A Companhia reconheceu valores referentes a imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrentes principalmente de diferenças temporárias entre a apuração contábil e fiscal de determinadas receitas e despesas, conforme previsto pelas normas contábeis aplicáveis.

Resultado do exercício

R$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Resultado do período	18.772	10.732	74,9%	34.878	4.055	760,1%

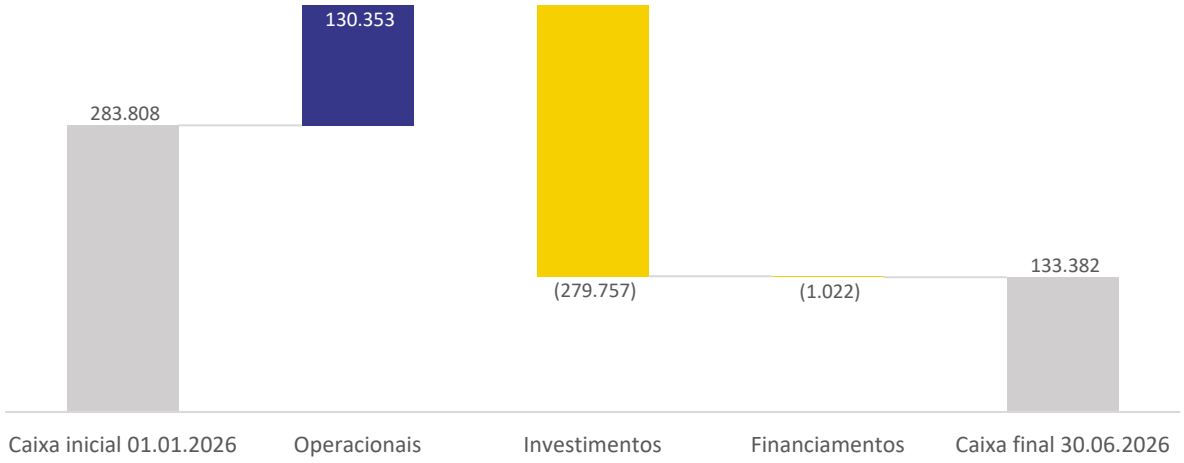
A Via Araucária apresentou um lucro líquido de R$18,8 milhões no 2T26 frente ao lucro líquido de R$10,7 milhões do 2T25, apresentando uma variação de R$8,1 milhões. No acumulado do 1S26 em comparação ao 1S25 a variação apresentada foi de R$30,8 milhões.

Variação do resultado



Fluxo de caixa

O saldo final de caixa e equivalentes de caixa da Companhia foi de R$133,4 milhões, classificados como recursos de alta liquidez.



Docusign Envelope ID: B97132CA-835E-8008-817E-08D0C282A00E

O fluxo de caixa das atividades operacionais foi positivo de R$130,4 milhões, sustentado pelo desempenho da receita de pedágio.

O fluxo de caixa das atividades de investimentos totalizou R$279,8 milhões, concentrado principalmente na continuidade das obras e melhorias obrigatórias previstas em contrato, além da manutenção dos ativos existentes.

O fluxo de caixa das atividades de financiamentos totalizou R$1 milhão, que registraram as saídas relacionadas aos arrendamentos mercantis.

O saldo final de conta corrente restrita da Companhia em 30 de junho de 2026 foi de R$78 milhões (R$66,9 milhões em 31 de dezembro de 2025), que se refere ao aporte contratual obrigatório, as retenções contratuais sobre toda receita adicionado ao rendimento desta conta, essas operações são realizadas em conta bancária de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário, sendo certo que, no ato de sua constituição, foi outorgados poderes para a movimentação da conta, exclusivamente pela ANTT e para os fins previstos no Edital e no Contrato.

Recursos vinculados

A **Conta Centralizadora** e as **Contas da Concessão** (Conta de Ajuste e Conta de Retenção) são de titularidade da Concessionária e movimentadas exclusivamente pelo Banco Depositário, conforme previsto no contrato de administração do Mecanismo de Contas. Todos os encargos e taxas relacionados à contratação do Banco Depositário são de responsabilidade exclusiva da Concessionária.

Em conformidade com as obrigações estabelecidas no contrato de concessão firmado entre a Companhia e a ANTT, todos os recursos provenientes da Remuneração do Sistema Rodoviário são depositados diretamente na Conta Centralizadora. Com isso definido, 3% da receita bruta recebida na Conta Centralizadora é direcionada às Contas da Concessão, sob gestão exclusiva do Banco Depositário, nos termos do contrato do Mecanismo de Contas.

Essa estrutura opera sem qualquer intercorrência e assegura total transparência, garantindo o cumprimento rigoroso das normas contratuais e regulatórias aplicáveis ao Mecanismo de Contas.

Investimentos

No 2T26, a Companhia deu continuidade à execução dos investimentos previstos de recuperação em pavimento, terraplenos e contenções, sinalizações verticais e horizontais, iluminação, equipamentos de proteção e seguranças, drenagens, recuperações de OAE's e duplicações, totalizando um investimento de R$160,7 milhões. No 2T25 o investimento foi de R$67,2 milhões em atendimento as implementações iniciais para inicialização da operação.

No 2S26 o investimento totalizou R$252,8 milhões frente a R$154,3 investidos no 1S25, apresentando uma variação de R$98,5 milhões.

R$ mil	2T26	2T25	Δ%	1S26	1S25	Δ%
Investimentos	160.663	67.202	139,1%	252.807	154.286	63,9%

Docusign Envelope ID: B97132CA-835E-8008-817E-08D0C282A00E

Considerações finais

A Companhia e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios dos usuários, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2026: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); e revisão das informações intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a normal internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes. Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

Declaração da Diretoria (Instrução CVM 80/22)

A Diretoria da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as informações contábeis intermediárias relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2026.

Curitiba, 14 de agosto de 2026.

Sergio Ray Santillán
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro

Danilo Iankovski
Contador CRC 1SC027138/O-0 T-PR

1. Contexto operacional

A Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), é uma sociedade de propósito específico, constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, situada na Avenida Sete de Setembro, 4476, Curitiba, Estado do Paraná.

A Companhia tem como objeto social a exploração do lote rodoviário federal BR-277/373/376/476 e PR-418/423/427, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 01 do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, em conformidade com o Edital de Licitação nº 01/2023, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) vencido em 25 de agosto de 2023, sob a forma de concessão de serviço iniciado em 26 de janeiro de 2024, compreendendo a prestação de serviços de execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia e realização dos investimentos necessários.

A Companhia tem como única controladora direta a Infra BR V Rodovias Holding III S.A., que por sua vez tem como controladora final do Grupo o (i) Oregon Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, (ii) Patria Infraestrutura V Master Brasil Fundo de Investimento em Participações, (iii) Patria Infraestrutura V Master Fundo de Investimento em Participações e (iv) Pátria Via Araucária Co-Investimento Fip Multiestratégia Responsabilidade Limitada.

1.1 Contrato de concessão

O Contrato de Concessão foi celebrado em 30 de janeiro de 2024, com prazo de 30 anos para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário que compõem o Lote 1 Paraná e integram a concessão as praças de pedágio P1 – S. L. Do Purunã – PR (km 140+000) da BR-277/PR, P2 – Lapa – PR (km 191+500) da BR-476/PR, P3 – Porto Amazonas – PR (km 165+700) da BR-277/PR, P4 – Imbituva – PR (km 216+000) da BR-373/PR e P5 – Irati – PR (km 256+100) da BR-277/PR.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

Nos termos do contrato, a Companhia assumiu compromissos de implantação das seguintes obras:

- 344 km de duplicação de rodovia;
- 215 km de faixas adicionais;
- 32 km de vias marginais;
- 27 km de ciclovias;
- 63 interseções;
- 20 correções de traçado;
- 12 passarelas;
- 92 melhorias de acesso;
- 3 km de barreira antirruído;
- 14 passagens de fauna;
- 31 caixa de produtos perigosos.

Os principais compromissos firmados pela Companhia decorrentes do contrato de concessão são:

(a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da verba de fiscalização que será

destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R$11.500 a ser atualizado pelo índice de reajustamento para atualização monetária do valor da Tarifa de Pedágio – IRT.

(b) A Companhia deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER.

(c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Companhia, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

(d) A Companhia assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro.

(e) A Companhia assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

(f) A Companhia assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia possui compromissos contratuais de investimentos em infraestrutura, recuperações e manutenções necessárias ao cumprimento das obrigações assumidas, cujo montante estimado ainda compromissado totaliza R$8,9 bilhões, a ser executado ao longo do prazo remanescente da concessão. Tais valores estão sujeitos a revisões decorrentes de eventuais adequações contratuais e da atualização das estimativas de custos, sendo pelo menos anualmente revisados.

2. Apresentação das informações contábeis intermediárias e políticas contábeis materiais

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (1) – Demonstração Intermediária e a norma internacional de relatório financeiro IAS 34 - *Interim Financial Report* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais - ITR.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Informações Trimestrais - ITR.

Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia reconheceu um lucro líquido de R$34.878 para o período findo em 30 de junho de 2026 (R$51.763 em 31 de dezembro de 2025) e nessa data, o passivo circulante excede o ativo circulante em R$241.650 (o ativo circulante excedeu o passivo circulante em R$101.372 em 31 de dezembro de 2025), conforme nota explicativa 26.

As emissões das informações contábeis intermediárias foram autorizadas e aprovadas pela Administração em 14 de agosto de 2026.

Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo a base de preparação e políticas contábeis consistentes com aquelas adotadas na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e devem ser lidas em conjunto com tais demonstrações.

As informações das notas explicativas que não sofreram alterações significativas ou apresentavam divulgações irrelevantes em comparação a 31 de dezembro de 2025 não foram repetidas integralmente nestas informações contábeis intermediárias. Entretanto, informações selecionadas foram incluídas para explicar os principais eventos e transações ocorridos para possibilitar o entendimento das mudanças na posição financeira e desempenho das operações da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. desde a publicação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Essas informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas considerando o OCPC 07 – Notas Explicativas, o qual reforça requisitos básicos de divulgação das normas existentes e sugere uma divulgação menos genérica com foco em: (i) informações relevantes para os usuários, (ii) aspectos quantitativos e qualitativos e (iii) de riscos.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de provisão para manutenção nota explicativa 19.

3. Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não adotou as seguintes normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) IFRS 18/CPC 51 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18/CPC 51 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação e mensuração de instrumentos financeiras (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

4. Caixa e equivalentes de caixa, conta corrente restrita e aplicações financeiras

a) Caixa e equivalentes de caixa

Circulante	30.06.2026	31.12.2025
Caixa e contas bancárias	1.017	1.700
Aplicações financeiras	132.365	282.108
Total	**133.382**	**283.808**

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo. Em 30 de junho de 2026, as aplicações financeiras ficaram indexadas a uma taxa média de 100,06% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,65% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na nota explicativa 26.

b) Conta da concessão restrita

Não circulante	30.06.2026	31.12.2025
Conta corrente restrita	77.977	66.946
Total	**77.977**	**66.946**

A Companhia possui conta bancária de titularidade própria, classificada como de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário, em atendimento às disposições do Edital e do Contrato de Concessão. No ato de sua constituição, foram outorgados poderes exclusivos de movimentação à ANTT, sendo vedado à Companhia o acesso direto aos valores.

Trata-se de Contas da Concessão, sendo Conta de Aporte vinculada aos Recursos Vinculados oriundos do lance vencedor do leilão de concessão, com a finalidade de constituir garantia do cumprimento das obrigações contratuais junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e Conta de Ajuste vinculada aos depósitos de valores gerados pela Concessão, onde mensalmente, são creditados os valores retidos a título de ônus da concessão, conforme percentual estabelecido contratualmente sobre a receita bruta. Além disso, a conta é remunerada por rendimentos financeiros, cujos valores permanecem integralmente vinculados às finalidades da conta.

A Conta da Concessão é apresentada no balanço patrimonial na rubrica de ativos não circulantes restritos, refletindo sua natureza jurídica e contratual de indisponibilidade operacional, e os recursos nela mantidos somente poderão ser utilizados mediante autorização da autoridade concedente, para os fins previstos no Edital e no Contrato (Garantia).

c) Aplicações financeiras

Circulante	30.06.2026	31.12.2025
Aplicações financeiras	-	50.166
Total	**-**	**50.166**

CDBs – Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 98% a.a. em 31 de dezembro de 2025.

5. Contas a receber

Estão representados por:

	30.06.2026	31.12.2025
Pedágio eletrônico a receber (*)	43.420	39.102
Cupons de pedágio a receber	7	4
Vale pedágio a receber	1.691	2.057
Outras arrecadações de pedágio	438	410
Total	**45.556**	**41.573**

(*) Serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio recebidas das instituições intermediárias no processo de meios de pagamentos automáticos, Operadoras de Serviço de Arrecadação – "OSA". O prazo de vencimento acordado em contrato com as OSA's é de até 30 dias.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na nota explicativa 26.

6. Impostos a recuperar

Os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, estão demonstradas a seguir:

	30.06.2026	31.12.2025
Circulante	1.425	4.790
	1.425	**4.790**

Estão representados por:

a) IRPJ e CSLL a recuperar

	30.06.2026	31.12.2025
Imposto de renda a recuperar (IRPJ)	34	34
Contribuição social a recuperar (CSLL)	19	17
Total circulante	**53**	**51**

b) Tributos a recuperar

	30.06.2026	31.12.2025
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1.329	4.677
Programa de integração social - PIS	1	1
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	4	4
Imposto sobre serviço de qualquer natureza - ISSQN	3	12
Outros	35	54
Total circulante	**1.372**	**4.739**

7. Despesas antecipadas

Estão representados por:

	30.06.2026	31.12.2025
Prêmios de seguros a apropriar (a)	2.792	2.944
Outras despesas antecipadas a apropriar (b)	135	1
Total	**2.927**	**2.945**
Circulante	1.598	2.535
Não circulante	1.329	410
	2.927	**2.945**

(a) Prêmios de seguros tem a sua apropriação de acordo com o período de vigência individual de cada apólice.
(b) IPVA e IPTU apropriação mensal para o período do ano.

8. Estoque

Estão representados por:

	30.06.2026	31.12.2025
Material para pavimentação	56	19
Elementos de proteção e segurança	1.596	1.930
Material de sinalização	3.633	4.230
Outros	1.671	1.885
Total	**6.956**	**8.064**

9. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação da alíquota de imposto efetiva

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referente ao período findo em 30 de junho de 2026 e 2025 é como segue:

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	**Período**	**Trimestre**	**Período**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	27.652	51.775	16.192	6.232
Alíquota fiscal nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal	(9.402)	(17.604)	(5.505)	(2.119)
Adições e exclusões permanentes, líquidas	522	707	45	(58)
Total imposto apurado	**(8.880)**	**(16.897)**	**(5.460)**	**(2.177)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(17.435)	(39.858)	(9.181)	(32.765)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.555	22.961	3.721	30.588
	(8.880)	**(16.897)**	**(5.460)**	**(2.177)**
Alíquota efetiva de impostos	(32%)	(33%)	(34%)	(35%)

b) Saldos patrimoniais diferido

	30.06.2026	31.12.2025
Diferenças temporárias:		
Provisão de participação nos lucros	2.577	8.019
Riscos cíveis e trabalhistas	1.360	288
Outras provisões	1.079	566
Provisão para manutenção de rodovias	432.857	362.552
Arrendamentos	1.079	-
Base de cálculo diferenças temporárias	**438.952**	**371.425**
Alíquota nominal	34%	34%
Total diferenças temporárias	**149.245**	**126.284**

c) Valores reconhecidos no resultado do exercício

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Diferenças temporárias:				
Provisão de participação nos lucros	1.928	(5.439)	1.397	(2.030)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	119	1.072	52	55
Outras provisões	461	513	(9.458)	132
Provisão para manutenção de rodovias	21.862	70.305	18.952	92.723
Arrendamentos	791	1.079	-	(916)
Base de cálculo diferenças temporárias	**25.161**	**67.530**	**10.943**	**89.964**
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total diferenças temporárias	**8.555**	**22.961**	**3.721**	**30.588**

10. Direito de uso

A movimentação é como segue:

	31.12.2025	Adições	Remensuração	Baixas	30.06.2026
Custo					
Veículos (a)	10.416	329	-	(166)	10.579
Imóveis	2.848	-	51	(1.039)	1.860
Total custo	13.264	329	51	(1.205)	12.439
Amortização acumulada					
Veículos	(3.730)	(1.562)	-	78	(5.214)
Imóveis	(814)	(130)	-	155	(789)
Total amortização acumulada	(4.544)	(1.692)	-	233	(6.003)
Direito de uso líquido	**8.720**	**(1.363)**	**51**	**(972)**	**6.436**

	31.12.2024	Adições	Remensuração	Baixas	31.12.2025
Custo					
Veículos (a)	5.431	4.840	262	(117)	10.416
Imóveis	1.820	947	81	-	2.848
Máquinas e equipamentos (b)	4.198	-	-	(4.198)	-
Guinchos	3.885	-	-	(3.885)	-
Outros (c)	181	-	-	(181)	-
Total custo	15.515	5.787	343	(8.381)	13.264
Amortização acumulada					
Veículos	(1.116)	(2.642)	-	28	(3.730)
Imóveis	(343)	(471)	-	-	(814)
Máquinas e equipamentos	(3.498)	(700)	-	4.198	-
Guinchos	(3.237)	(648)	-	3.885	-
Outros	(166)	(15)	-	181	-
Total amortização acumulada	(8.360)	(4.476)	-	8.292	(4.544)
Direito de uso líquido	**7.155**	**1.311**	**343**	**(89)**	**8.720**

(a) Refere-se à locação de veículos administrativos e veículos relacionados a operação da rodovia.
(b) Refere-se à locação de máquinas relacionadas a conservação de rodovias.
(c) Refere-se à locação de *containers*.

Vida útil média em anos	30.06.2026	31.12.2025
Veículos	4	4
Imóveis	4	4
Máquinas e equipamentos	-	1
Guinchos	-	1
Outros	-	1

11. Imobilizado

A movimentação é como segue:

	31.12.2025	Adições	Baixas	Transferências (*)	30.06.2026
Custo					
Móveis e utensílios	266	98	-	-	364
Computadores e periféricos	3.460	506	-	-	3.966
Veículos	23.191	271	-	237	23.699
Instalações, edifícios e dependências	155	-	-	-	155
Máquinas e equipamentos	20.446	840	(431)	-	20.855
Outras imobilizações	1.800	1.073	(168)	221	2.926
Total custo	49.318	2.788	(599)	458	51.965
Depreciação acumulada					
Móveis e utensílios	(23)	(14)	-	-	(37)
Computadores e periféricos	(1.051)	(358)	-	-	(1.409)
Veículos	(5.574)	(2.345)	-	-	(7.919)
Instalações, edifícios e dependências	(11)	(8)	-	-	(19)
Máquinas e equipamentos	(3.430)	(1.021)	72	-	(4.379)
Outras imobilizações	(163)	(61)	16	-	(208)
Total amortização acumulada	(10.252)	(3.807)	88	-	(13.971)
Imobilizado líquido	**39.066**	**(1.019)**	**(511)**	**458**	**37.994**

	31.12.2024	Adições	Transferências (*)	31.12.2025
Custo				
Móveis e utensílios	68	198	-	266
Computadores e periféricos	2.870	590	-	3.460
Veículos	15.243	7.948	-	23.191
Instalações, edifícios e dependências	-	109	46	155
Máquinas e equipamentos	19.363	1.129	(46)	20.446
Outras imobilizações	760	790	250	1.800
Total custo	38.304	10.764	250	49.318
Depreciação acumulada				
Móveis e utensílios	(3)	(20)	-	(23)
Computadores e periféricos	(437)	(614)	-	(1.051)
Veículos	(1.631)	(3.943)	-	(5.574)
Instalações, edifícios e dependências	-	(11)	-	(11)
Máquinas e equipamentos	(1.471)	(1.959)	-	(3.430)
Outras imobilizações	(53)	(110)	-	(163)
Total amortização acumulada	(3.595)	(6.657)	-	(10.252)
Imobilizado líquido	**34.709**	**4.107**	**250**	**39.066**

(*) Reclassificação de bens físicos inicialmente classificados no intangível, sendo transferido para o imobilizado.

Taxas de depreciação - a.a.	30.06.2026	31.12.2025
Móveis e utensílios	10%	10%
Computadores e periféricos	20%	20%
Veículos	20%	20%
Instalações, edifícios e dependências	10%	10%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Outras imobilizações	20%	20%

Ativos cedidos em garantia

A Companhia não possui bens dados em garantia em processos judiciais.

12. Intangível em operação e infraestrutura em construção

A movimentação é como segue:

	31.12.2025	Adições	Transferências (*)	30.06.2026
Custo				
Intangível em rodovias – obras e serviços	548.653	28.051	25.817	602.521
Direito de outorga da concessão (**)	28.577	-	-	28.577
Software	3.554	139	232	3.925
Total custo	580.784	28.190	26.049	635.023
Amortização acumulada				
Intangível em rodovias – obras e serviços	(117.235)	(43.742)	-	(160.977)
Direito de outorga da concessão	(1.751)	(478)	-	(2.229)
Software	(144)	(62)	-	(206)
Total amortização acumulada	(119.130)	(44.282)	-	(163.412)
Intangível em operação	**461.654**	**(16.092)**	**26.049**	**471.611**
Adiantamento a fornecedores (a)	56.290	117.919	(28.193)	146.016
Infraestrutura em construção (b)	188.717	197.253	1.686	387.656
Infraestrutura em construção	**245.007**	**315.172**	**(26.507)**	**533.672**
Intangível líquido	**706.661**	**299.080**	**(458)**	**1.005.283**

	31.12.2024	Adições	Baixas	Transferências (*)	31.12.2025
Custo					
Intangível em rodovias – obras e serviços	404.099	118.621	(59)	25.992	548.653
Direito de outorga da concessão (**)	28.577	-	-	-	28.577
Software	2.862	640	-	52	3.554
Total custo	435.538	119.261	(59)	26.044	580.784
Amortização acumulada					
Intangível em rodovias – obras e serviços	(21.823)	(95.413)	1	-	(117.235)
Direito de outorga da concessão	(796)	(955)	-	-	(1.751)
Software	(42)	(102)	-	-	(144)
Total amortização acumulada	(22.661)	(96.470)	1	-	(119.130)
Intangível em operação	**412.877**	**22.791**	**(58)**	**26.044**	**461.654**
Adiantamento a fornecedores (a)	585	64.078	-	(8.373)	56.290
Infraestrutura em construção (b)	10.807	195.831	-	(17.921)	188.717
Infraestrutura em construção	**11.392**	**259.909**	**-**	**(26.294)**	**245.007**
Intangível líquido	**424.269**	**282.700**	**(58)**	**(250)**	**706.661**

Taxas de amortização - a.a.	30.06.2026	31.12.2025
Intangível em rodovias – obras e serviços	(***)	(***)
Direito de outorga da concessão	(***)	(***)
Software	20%	20%

(*) O saldo refere-se à transferência de infraestrutura em construção para o intangível e reclassificação de intangível para imobilizado.

(**) Recursos referente a direito de outorga pago conforme mencionado na nota explicativa 1 – contexto operacional.

(***) Prazo remanescente da concessão

(a) Refere-se a adiantamentos a fornecedores por serviços nas rodovias.

(b) Refere-se a serviços de projetos e estudos para a expansão nas rodovias, conforme previsto no contrato de concessão, estes ativos possuem características de ativo de contratos, o qual a política da Companhia é divulgar em conjunto com os demais ativos intangíveis. Sendo como principais natureza duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem e outros.

13. Partes relacionadas

As transações efetuadas entre as partes relacionadas são relativas a despesas administrativas.

Os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025 e as transações realizadas no resultado em 30 de junho de 2026 e 2025 com as quais ocorreram operações, estão demonstradas a seguir:

	30.06.2026	31.12.2025
Ativo circulante		
Contas a receber:		
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	-	493
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (a)	-	399
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	-	32
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (a)	115	114
Via Campo Concessionaria De Rodovias S.A. (a)	237	-
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A. (a)	-	862
Contas a receber de partes relacionadas circulante	**352**	**1.900**

Passivo circulante		
Contas a pagar:		
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	61	59
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	265	936
Via Campo Concessionaria De Rodovias S.A. (a)	38	-
Contas a pagar de partes relacionadas circulante	**364**	**995**
Dividendos a pagar:		
Infra BR V Rodovias Holding III S.A. (b)	814	814
Total dos dividendos a pagar	**814**	**814**
Total parte relacionada no passivo circulante	**1.178**	**1.809**

Movimentos de resultados estão representados por:

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	**Período**	**Trimestre**	**Período**
Contas de resultado				
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	(61)	(412)	(1)	(58)
Concessionária Auto Raposo Tavares S.A. (a)	-	(157)	542	542
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	(1.116)	(2.981)	(1.991)	(3.860)
Infraestrutura Brasil Holding 34 S.A. (a)	-	-	1.176	1.176
Via Campo Concessionaria De Rodovias S.A. (a)	181	225	-	-
Via Raposo Concessionaria De Rodovias S.A. (a)	-	46	-	-
Vita Sertão Concessionária de Saneamento S.A. (a)	-	465	-	-
Reúne Gestão E Estratégia S.A. (a)	-	1	-	-
Total	**(996)**	**(2.813)**	**(274)**	**(2.200)**

(a) Referem-se a compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa da IBH I Serviços e Participações S.a., que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.

(b) Saldo a pagar de dividendos conforme nota explicativa 21 (c).

Remuneração dos Administradores

Em 30 de abril de 2026, foi aprovado em ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária o montante máximo de remuneração global anual dos administradores em até R$10.000 para o ano de 2026 (R$5.783 para dezembro de 2025).

A remuneração dos Administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e Diretores Estatutários, está composta por honorários, previdência privada, assistência médica e odontológica pagos durante o exercício:

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	**Período**	**Trimestre**	**Período**
Composição:				
Salário	748	1.438	680	1.327
Bônus variáveis	-	2.298	-	730
Encargos	329	632	299	583
Provisão (Férias, 13º)	146	280	132	258
Outros benefícios	109	242	151	304
Total	**1.332**	**4.890**	**1.262**	**3.202**

Docusign Envelope ID: B97132CA-835E-8008-817E-08D0C282A00E

14. Fornecedores

Passivo circulante	30.06.2026	31.12.2025
Fornecedores nacionais	46.690	30.106
Fornecedores provisão (a)	18.723	7.930
Total fornecedores circulante	**65.413**	**38.036**

Em 30 de junho de 2026, o saldo no passivo circulante de R$65.413 (R$38.036 em 31 de dezembro de 2025) refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados predominantemente à concessão.

(a) Provisão de notas fiscais de prestação de serviço e material registrada em virtude do período de competência.

15. Credor pela concessão e taxa de fiscalização

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Companhia não paga ônus fixo e/ou ônus variável ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado.

Os compromissos financeiros firmados pela Companhia decorrentes do contrato de concessão são:

a) Taxa de fiscalização

Ao longo de todo o prazo de concessão deve ser recolhido à ANTT, a verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R$11.500 a ser atualizado pelo índice de reajustamento para atualização monetária do valor da Tarifa de Pedágio – IRT.

Em 30 de junho de 2026 o montante pago de verba de fiscalização foi de R$7.156 (R$6.656 em 30 de junho de 2025) e o saldo no passivo circulante a pagar é de R$1.193 (R$1.193 em 31 de dezembro de 2025).

b) Credor pela concessão

Correspondente a retenção de 3% (três por cento) da receita bruta ao longo de todo o prazo da concessão, podendo ser ajustado entre 0% (zero por cento) e 6% (seis por cento) em razão da aplicação do Mecanismo de Proteção Cambial, na forma prevista no contrato.

Em 30 de junho de 2026 o montante do compromisso a pagar é R$79.620 (R$68.637 em 31 de dezembro de 2025).

16. Salários a pagar, provisão trabalhista e encargos sociais

Estão representados por:

	30.06.2026	31.12.2025
Salário e remunerações a pagar	810	442
Provisão para participação nos lucros ou resultados	1.668	6.761
Encargos sociais e previdenciários	1.862	2.133
Provisões férias e 13º salários	7.362	5.024
Total obrigações sociais	**11.702**	**14.360**

17. Impostos, taxas e contribuições a recolher

Estão representados por:

	30.06.2026	31.12.2025
Imposto de renda - IRPJ	3.117	11.409
Contribuição social - CSLL	1.886	5.549
Total IRPJ e CSLL	**5.003**	**16.958**
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	99	207
Programa de integração social - PIS	341	368
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.592	1.741
Tributos federais retidos	1.134	995
Obrigações fiscais federais	3.166	3.311
Impostos sobre serviços - ISS	3.989	3.714
Obrigações fiscais municipais	3.989	3.714
Total obrigações fiscais	**7.155**	**7.025**

18. Arrendamento mercantil

A movimentação de saldos de arrendamento mercantil a pagar é apresentada no quadro abaixo:

	30.06.2026	31.12.2025
Saldo inicial	9.668	8.071
Adições	329	5.787
Remensuração	51	343
Juros provisionado	504	1.087
Pagamento de principal	(1.561)	(4.444)
Pagamento de juros	(504)	(1.087)
Baixa	(972)	(89)
Saldo final	**7.515**	**9.668**
Passivo circulante	4.034	3.789
Passivo não circulante	3.481	5.879

Em 30 de junho de 2026, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$504 em juros provisionados de arrendamento (R$1.087 em 31 de dezembro de 2025).

A taxa média de desconto é de 13,68% a.a. em 30 de junho de 2026 (14,83% a.a. em 30 de junho de 2025), a determinação da taxa de desconto utilizada tem como base a taxa incremental utilizando premissas de mercado.

Em 30 de junho de 2026, a realização da parcela não circulante do arrendamento apresenta os seguintes vencimentos:

Ano de vencimento	30.06.2026	31.12.2025
2027	1.793	3.685
2028	1.144	1.174
2029	544	593
Após 2029	-	427
	3.481	**5.879**

19. Provisão de manutenção

A Companhia constitui provisão de manutenção com o objetivo de mensurar o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço para recomposição da infraestrutura aos níveis exigidos pelo poder concedente.

A provisão de manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente, considerando os valores da próxima intervenção no ciclo de 5 anos.

A composição dos saldos da provisão de manutenção é como segue:

			30.06.2026
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	139.253	223.299	362.552
Adições/Reversões	31.715	54.347	86.062
Utilizações	(40.186)	-	(40.186)
Ajuste a valor presente	13.341	11.088	24.429
Transferências	111.759	(111.759)	-
Saldo final	**255.882**	**176.975**	**432.857**

			31.12.2025
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	81.553	132.825	214.378
Adições/Reversões	57.661	158.705	216.366
Utilizações	(66.145)	-	(66.145)
Ajuste a valor presente	13.631	(15.678)	(2.047)
Transferências	52.553	(52.553)	-
Saldo final	**139.253**	**223.299**	**362.552**

A Companhia reconheceu no resultado em 30 de junho de 2026 o valor de R$110.491 (R$128.559 em 30 de junho de 2025) em provisão para manutenção.

20. Provisão para riscos processuais e depósitos judiciais

A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos e na análise da jurisprudência aplicável, classifica a probabilidade de perda dos processos em provável, possível ou remota e entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomados em cada situação são suficientes para preservar o patrimônio da Companhia, não existindo indicações de necessidade de reconhecimento de quaisquer provisões adicionais em relação às contabilizadas.

A composição do risco é como segue:

	30.06.2026		31.12.2025	
Probabilidade de perda	Provável	Possível	Provável	Possível
Natureza do risco:				
Cíveis (a)	314	-	230	-
Trabalhistas (b)	1.046	-	58	1.405
Total	**1.360**	**-**	**288**	**1.405**

A movimentação dos saldos dos riscos é como segue:

	31.12.2025	Constituição/ Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	30.06.2026
Cíveis (a)	230	405	(375)	54	314
Trabalhistas (b)	58	1.041	(248)	195	1.046
Total	**288**	**1.446**	**(623)**	**249**	**1.360**

	31.12.2024	Constituição/ Reversão	Pagamentos	Atualização monetária	31.12.2025
Cíveis (a)	-	335	(138)	33	230
Trabalhistas (b)	-	111	(65)	12	58
Total	**-**	**446**	**(203)**	**45**	**288**

(a) Processos cíveis, movidos por usuários, principalmente em decorrência de incidentes ocorridos no sistema rodoviário, em que a Companhia é parte.

(b) Processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários e funcionários de empresas terceirizadas, cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de reintegração, horas extraordinárias, equiparação salarial, dentre outros, em que a Companhia é parte.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia reconheceu no resultado o valor de R$1.695 (R$150 em 30 de junho de 2025) em provisão para riscos processuais.

A composição dos depósitos judiciais é como segue:

Depósitos judiciais	30.06.2026	31.12.2025
Cíveis	1	-
Trabalhistas	108	36
Total	**109**	**36**

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito em 30 de junho de 2026 é de R$735.074 (R$735.074 em 31 de dezembro de 2025), compostos por 735.074.410 (735.074.410 em 31 de dezembro de 2025), ações ordinárias e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas, pela única controladora direta a Infra BR V Rodovias Holding III S.A..

b) Reserva legal

A Companhia segue as regulamentações na forma do Artigo 193 da Lei nº6.404/76, que prevê a destinação de 5% do montante contido em rubricas de lucro líquido, limitando-se a 20% do capital social integralizado.

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê em cada exercício social a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das S.A..

A Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* Assembleia Geral Ordinária, juros sobre capital próprio.

22. Receitas

Estão representadas por:

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	**Período**	**Trimestre**	**Período**
Receita de pedágio	157.026	322.588	144.729	298.872
Receita acessória	155	280	107	152
Receita de serviços de construção (a)	160.663	252.807	67.202	154.286
Receita bruta	**317.844**	**575.675**	**212.038**	**453.310**
Imposto Sobre Serviços - ISS	(7.856)	(16.138)	(7.240)	(14.947)
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	(4.716)	(9.690)	(4.349)	(8.980)
Programa de Integração Social - PIS	(1.022)	(2.100)	(942)	(1.946)
Deduções	**(13.594)**	**(27.928)**	**(12.531)**	**(25.873)**
Receita líquida	**304.250**	**547.747**	**199.507**	**427.437**

(a) Sobre a receita de serviços de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado. A receita de construção foi reconhecida de acordo com ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contrato de Concessão.

23. Custos e despesas por natureza

Estão representados por:

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Com pessoal	(20.523)	(39.787)	(17.654)	(39.911)
Comunicação e *marketing*	(74)	(238)	(76)	(116)
Conservação	(5.338)	(10.358)	(5.296)	(13.096)
Consumo	(1.421)	(2.808)	(941)	(1.627)
Custos de serviços da construção	(160.663)	(252.807)	(67.202)	(154.286)
Depreciação / Amortização	(23.583)	(49.781)	(26.650)	(52.498)
Manutenção de bens e conservação	(1.026)	(1.820)	(660)	(1.661)
Ônus variável	(4.712)	(9.676)	(4.343)	(12.810)
Provisão de manutenção em rodovias	(37.379)	(86.062)	(53.425)	(124.686)
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	(624)	(1.446)	(99)	(139)
Publicações legais	(6)	(6)	-	(3)
Recursos para desenvolvimento tecnológico	(1.156)	(1.543)	-	-
Seguros / Garantias	(1.143)	(2.286)	(1.449)	(2.208)
Serviços de terceiros (*)	(7.137)	(14.573)	(9.804)	(25.667)
Transportes	(1.895)	(3.618)	(1.400)	(2.960)
Verba de fiscalização	(3.578)	(7.156)	(3.328)	(6.656)
Outros	(1.602)	(3.324)	(2.523)	(4.586)
Total	**(271.860)**	**(487.289)**	**(194.850)**	**(442.910)**
Custo dos serviços prestados	(255.739)	(455.328)	(180.163)	(404.318)
Despesas gerais e administrativas	(16.121)	(31.961)	(14.687)	(38.592)
Total	**(271.860)**	**(487.289)**	**(194.850)**	**(442.910)**

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviço de limpeza, vigilância e outros.

24. Resultado financeiro

Estão representados por:

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita financeira:				
Aplicações financeiras	7.131	17.363	13.868	27.761
Outras receitas	5	161	1	3
Total receita financeira	**7.136**	**17.524**	**13.869**	**27.764**
Despesa financeira:				
Encargos financeiros sobre provisão de manutenção	(10.987)	(24.429)	(1.193)	(3.873)
Encargos financeiros sobre arrendamento mercantil	(242)	(504)	(264)	(483)
Tributos s/receitas financeiras	(332)	(815)	(645)	(1.291)
Atualização monetária sobre provisão de contingência	(86)	(249)	(11)	(11)
Outras despesas (*)	(162)	(336)	(250)	(637)
Total despesa financeira	**(11.809)**	**(26.333)**	**(2.363)**	**(6.295)**
Total resultado financeiro	**(4.673)**	**(8.809)**	**11.506**	**21.469**

(*) Refere-se a despesas bancárias, imposto sobre operações financeiras – IOF, juros e multas sobre obrigações e outros.

25. Resultado por ação

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do resultado básico e diluído por ação:

	30.06.2026		30.06.2025	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Básico/Diluído				
Resultado do período	18.772	34.878	10.732	4.055
Número de ações durante o período	735.074	735.074	735.074	735.074
Resultado por ação	**0,0255**	**0,0474**	**0,0146**	**0,0055**

26. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado. O risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

Na data base 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não apresentava saldo de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber com partes relacionadas, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas

correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se darão de forma bem distribuída durante todo o período societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresenta valores a receber de R$45.556 (R$41.573 em 31 de dezembro de 2025), sendo 95,3% (94,1% em 31 de dezembro de 2025) deste total, valores a receber das Operadoras de Serviços de Arrecadação – "OSAs", decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágios. Desta forma, a Administração da Companhia caracteriza como remoto o risco de crédito oriundo destes valores a receber.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber, corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas 4 e 5. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

Operação de derivativos

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante o período.

Riscos de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Companhia projeta que as obrigações financeiras exigíveis serão cumpridas mediante recursos oriundos de atividades de financiamento. A Administração entende que a geração e captação de recursos serão suficientes para fazer frente às obrigações financeiras à medida que se tornam exigíveis.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

30 de junho de 2026	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Fornecedores	65.413	65.413	65.413	-
Arrendamento mercantil a pagar	7.515	8.134	4.360	3.774
Contas a pagar - partes relacionadas	364	364	364	-
Credores pela concessão	79.620	79.620	79.620	-
	152.912	**153.531**	**149.757**	**3.774**

31 de dezembro de 2025	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Acima de 1 a 5 anos
Fornecedores	38.036	38.036	38.036	-
Arrendamento mercantil a pagar	9.668	11.343	4.457	6.886
Contas a pagar - partes relacionadas	995	995	995	-
Credores pela concessão	68.637	69.528	69.528	-
	117.336	**119.902**	**113.016**	**6.886**

Análise de sensibilidade

O perfil financeiro da Companhia, têm estrutura atual composta por aplicações financeiras atreladas ao CDI, e sem a existência de financiamentos, derivativos ou exposições relevantes a outros riscos financeiros.

Na elaboração da análise de sensibilidade, a Companhia adotou o seguinte cenário:

Cenário Base (Provável): Mantida a taxa CDI vigente no encerramento do período, considerando como referência o cenário econômico corrente, com cenário para os próximos 12 meses, obtido da projeção do BACEN no boletim Focus de 26 de junho de 2026 publicado em 29 de junho de 2026.

A taxa considerada foi:

	Cenário provável	
Referência para ativos financeiros	**30.06.2026**	**31.12.2025**
CDI ativo (% a.a.)	11,90%	12,15%

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

	Exposição em		Cenário provável	
Instrumentos	**30.06.2026**	**Risco**	**%**	**Valor**
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras	132.365	CDI	11,90%	15.751
Total	**132.365**			**15.751**
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				

	Exposição em		Cenário provável	
Instrumentos	**31.12.2025**	**Risco**	**%**	**Valor**
Ativos financeiros:				
Aplicações financeiras	332.274	CDI	12,15%	40.371
Total	**332.274**			**40.371**
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital capaz de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

Instrumentos financeiros

As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

	Nível		30.06.2026	31.12.2025
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	-	(i)	133.382	283.808
Aplicações financeira	-	(i)	-	50.166
Conta corrente restrita	-	(i)	77.977	66.946
Contas a receber clientes	-	(i)	45.556	41.573
Contas a receber - partes relacionadas	-	(i)	352	1.900
Outros Créditos	-	(i)	216	180
Depósitos judiciais	-	(i)	109	36
Total do ativo			**257.592**	**444.609**
Passivo				
Contas a pagar - partes relacionadas	-	(ii)	364	995
Fornecedores	-	(ii)	65.413	38.036
Taxa de fiscalização	-	(ii)	1.193	1.193
Credores pela concessão	-	(ii)	79.620	68.637
Outras contas a pagar	-	(ii)	560	700
Arrendamento mercantil a pagar	-	(ii)	7.515	9.668
Total do passivo			**154.665**	**119.229**

(i) custo amortizado
(ii) outros passivos financeiros

Mensuração a valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de mensuração do valor justo:

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

(i) Os saldos de fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de equivalentes de caixa, conta corrente restrito, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber e contas a receber com partes relacionadas se aproximam do valor justo na data do balanço patrimonial.

27. Seguros e garantias

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária.

Em 30 de junho de 2026, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Cobertura	Vigência
Seguro garantia (a)	521.462	até junho de 2028
Risco de engenharia (b)	260.000	até maio de 2028
Responsabilidade civil geral (c)	40.000	até julho de 2027

(a) indenização no caso de descumprimento de quaisquer obrigações decorrentes da Lei ou do Edital, incluindo a recusa de assinatura do Contrato de Concessão, não atendimento das exigências para a assinatura do contrato, nas condições e no prazo estabelecidos no Edital.

(b) cobertura de todas as obras civis e instalações e montagens para a construção, adequação/reforma geral e manutenção ampla das cinco praças de pedágios com prédios administrativos e edifícios de Serviços de Atendimento ao Usuário - SAU que existirem em conjunto com as praças.

(c) indenização a terceiro reclamante e/ou reembolsar o segurado, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, ocorridos nas obras cobertas pelo Risco de Engenharia (b).

28. Transações que não afetam o caixa

As aquisições de imobilizado, intangível e infraestrutura em construção que não tiveram impacto direto sobre o fluxo de caixa corrente em 30 de junho de 2026 e 2025, estão demonstradas a seguir:

	30.06.2026	30.06.2025
Total das adições de intangível (a)	28.190	90.252
Total das adições de Infraestrutura em construção (a)	315.172	89.197
Total das adições de imobilizado (b)	2.788	7.330
Total das aquisições (adições)	**346.150**	**186.779**
Aquisição (adições)	(346.150)	(186.779)
Fornecedores	25.217	(4.448)
Obrigações fiscais	2.041	621
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível e intangível em andamento	**(318.892)**	**(190.606)**
Fluxo de caixa imobilizado	(2.788)	(7.330)
Fluxo de caixa intangível	(316.104)	(183.276)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	**(318.892)**	**(190.606)**
Transações que não envolvem caixa:		
Pagamento de períodos anteriores menos valores a pagar no período, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	27.258	(3.827)
	30.06.2026	**30.06.2025**
Outras transações que não envolvem caixa:		
Imposto de renda e contribuição compensados	6.562	1.756
Dividendos propostos e não pagos	814	323
Adições ao ativo direito de uso (c)	329	3.334

(a) Vide nota explicativa nº 12
(b) Vide nota explicativa nº 11
(c) Vide nota explicativa nº 10

29. Informações por segmento

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

A Companhia não possui grau de dependência relevante em relação a qualquer cliente individualmente considerado, ou a grupo de clientes sob controle comum, que represente receita igual ou superior a 10% da receita total do exercício. A principal fonte de receita da Companhia é a arrecadação tarifária decorrente da operação da concessão rodoviária, a qual é caracterizada por alta pulverização entre os usuários da rodovia.

30. Eventos subsequentes

Em agosto de 2026, a Companhia emitiu sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no montante total de R$ 1.000.000 mil. A oferta pública foi registrada sob o rito automático de distribuição perante a CVM em 7 de agosto de 2026 e teve seu encerramento divulgado por meio de anúncio publicado no site de Relações com Investidores da Companhia. Os recursos captados serão destinados ao financiamento das atividades e investimentos previstos no contrato de concessão.

* * *

Sergio Ray Santillan
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor financeiro

Danilo Iankovski
Contador
CRC 1SC027138/O-0 T-PR

docusign

Notas Explicativas

Certificate Of Completion

Envelope Id: B97132CA-835E-8008-817E-08D0C282A00E
Status: Completed
Subject: Complete com o Docusign: Via Araucaria 30.06.26_FINAL_CLIENTE.pdf
Área:
Source Envelope:
Document Pages: 44
Signatures: 1
Envelope Originator:
Certificate Pages: 2
Initials: 0
Rodrigo Bako Fernandes Da Silva
AutoNav: Enabled
Av. Higienopolis 1100
EnvelopeId Stamping: Enabled
Londrina, PR 86020-911
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia
rodrigobsilva1@kpmg.com.br
IP Address: 170.85.20.253

Record Tracking

Status: Original
8/14/2026 1:23:21 PM
Holder: Rodrigo Bako Fernandes Da Silva
rodrigobsilva1@kpmg.com.br
Location: DocuSign

Signer Events	Signature	Timestamp
Gustavo S. Matthiesen ID: 321.008.008-92 gustavomatthiesen@kpmg.com.br SÓCIO KPMG AUDITORES INDEPENDENTES LTDA. Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate **Signature Provider Details:** Signature Type: ICP-Brasil Issuer: AC Certisign RFB G5 Signer CPF: 32100800892 Subject: CN=GUSTAVO DE SOUZA MATTHIESEN:32100800892	Assinado por: E7E0E86483424B9... Signature Adoption: Uploaded Signature Image Using IP Address: 189.7.87.96 Certificate policy: [1]Certificate Policy: Policy Identifier=2.16.76.1.2.3.6 [1,1]Policy Qualifier Info: Policy Qualifier Id=CPS Qualifier: http://icp-brasil.certisign.com.br/repositorio/dpc/AC_Certisign_RFB/DPC_AC_Certisign_RFB.pdf	Sent: 8/14/2026 1:25:55 PM Viewed: 8/14/2026 1:36:48 PM Signed: 8/14/2026 1:38:36 PM

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp

Editor Delivery Events	Status	Timestamp

Agent Delivery Events	Status	Timestamp

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp

Certified Delivery Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
BRUNO DE SOUZA bssilva@kpmg.com.br Security Level: Email, Account Authentication (None) **Electronic Record and Signature Disclosure:** Not Offered via Docusign	COPIED	Sent: 8/14/2026 1:38:38 PM

Witness Events	Signature	Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp

Notas Explicativas

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	8/14/2026 1:25:56 PM
Certified Delivered	Security Checked	8/14/2026 1:36:48 PM
Signing Complete	Security Checked	8/14/2026 1:38:36 PM
Completed	Security Checked	8/14/2026 1:38:38 PM

Payment Events	Status	Timestamps

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.
Curitiba - Paraná

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas
demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de
forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter
segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado
As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Ribeirão Preto, 14 de agosto de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP293539/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Pareceres Finais

A Companhia e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios dos usuários, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2026: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); e revisão das informações intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a normal internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.
Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

Declaração da Diretoria (Instrução CVM 80/22)

A Diretoria da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as informações contábeis intermediárias relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2026.

Curitiba, 14 de agosto de 2026.

Sergio Ray Santillán
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro

Danilo Iankovski
Contador CRC 1SC027138/O-0 T-PR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Pareceres Finais

A Companhia e seus administradores têm como objetivo principal oferecer serviços de alto nível, com excelência na gestão e operação do trecho concedido, atendendo os anseios dos usuários, dos acionistas, do poder público e dos diversos entes da sociedade interessados por sua operação.

Relacionamento com auditores independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 162/22, informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2026: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); e revisão das informações intermediárias de acordo com o CPC 21 (R1) e a normal internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – (IASB). A Companhia não contratou os auditores independentes para outros trabalhos que não os serviços de auditoria das demonstrações.

A contratação de auditores independentes está fundamentada nos princípios que resguardam a independência do auditor, que consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) não exercer funções gerenciais; e (c) não prestar quaisquer serviços que possam ser considerados proibidos pelas normas vigentes.
Além disso, a Administração obtém dos auditores independentes declaração de que os serviços especiais prestados não afetam a sua independência profissional.

Declaração da Diretoria (Instrução CVM 80/22)

A Diretoria da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e conclusão expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as informações contábeis intermediárias relativas ao exercício findo em 30 de junho de 2026.

Curitiba, 14 de agosto de 2026.

Sergio Ray Santillán
Presidente

Gilson de Oliveira Carvalho
Diretor Financeiro

Danilo Iankovski
Contador CRC 1SC027138/O-0 T-PR